



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0500/09	DATA: 06/05/2009
INÍCIO: 15h00min	TÉRMINO: 15h41min	DURAÇÃO: 00h41min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 41min	PÁGINAS: 15	QUARTOS: 9

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apresentação do plano de trabalho do Relator, Deputado Sérgio Moraes. Apreciação de itens constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontra-se sobre a bancada cópia da Ata da 2ª reunião. Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES - Peço também a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A pedido do Deputado Sérgio Moraes, dispense a leitura da ata.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Correspondência recebida por este Conselho.

Correspondência da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso convidando este Presidente como palestrante do 1º Congresso de Vereadores Matogrossenses, com o objetivo de estimular o debate sobre ética e cidadania em defesa dos valores da sociedade e do Parlamento brasileiro.

Em face da impossibilidade deste Presidente comparecer ao evento, designei o Deputado Paulo Piau como representante deste Colegiado.

Correspondência da Comissão de Ética Pública convidando para participar do painel: "Valores, normas e instrumento da ética para garantir o bom governo na Ibero-América, do XIV Congresso Internacional do Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento, a realizar-se no período de 27 a 30 de outubro do corrente ano em Salvador.

Em face da solicitação da Comissão de Ética Pública de prévia confirmação, confirmei minha presença e indiquei o Deputado Paulo Piau para palestrante.

Ofício ao Sr. Presidente Michel Temer comunicando o seguinte despacho:

"Tendo em vista o acatamento pela Mesa do parecer da Comissão de Sindicância e conseqüente



oferecimento por aquela Comissão Diretora de representação em desfavor do Sr. Edmar Moreira perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, mantenham-se os documentos encaminhados pelo Senhor Segundo Vice-Presidente e Corregedor sob a guarda desta Presidência para a eventualidade de ser requerido por aquele órgão processante. Oficie-se ao Senhor Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, dando-se-lhe ciência da providência.“

Em resposta, solicitei o encaminhamento dos documentos sob a guarda da Presidência, bem como os que eventualmente sejam recebidos.

Ordem do Dia.

Após a apresentação da defesa do Deputado Edmar Moreira, já encaminhada a todos os Srs. Conselheiros, damos início à instrução probatória com a apresentação do plano de trabalho do Deputado Sérgio Moraes, Relator da Subcomissão criada para apresentar parecer ao Processo Disciplinar de nº 9, de 2009 (Representação de nº 39/09).

Concedo, neste instante, a palavra ao Deputado Sérgio Moraes.

Antes, porém, peço ao Deputado Paulo Piau para ficar aqui alguns minutos, enquanto vou cumprimentar um amigo que visita o Conselho de Ética. Deputado Paulo Piau, por favor.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Obrigado, Presidente Deputado José Carlos Araújo.

Antes de externar aos colegas a maneira como pretendo colocar em prática esse estudo sobre o Deputado Edmar Moreira, é preciso trazer para aqueles que se interessarem que, há pouco, numa entrevista aqui na porta, quando alguns jornalistas me entrevistaram, rebati — e rebato sempre, digo isso para quem quiser ouvir — que a imprensa, na grande maioria das vezes, falta com a verdade. Foi-me dito pela jornalista Maria Lima, do Jornal *O Globo*, que sermos eleitos é uma pouca vergonha.

Quero dizer para essa jornalista que pouca vergonha também é as falsas afirmações da imprensa, que vêm a cada dia se estendendo Brasil afora. Pouca



vergonha são aqueles que nunca concorreram a absolutamente nada e que se intitulam donos da moral e proprietários da ética. Quero dizer que pouca da vergonha é quando um jornal sequer arrecada os impostos, por lei, para os cofres públicos. Pouca de uma vergonha é quando uma imprensa bate em trabalho infantil e usa crianças, bebês nas novelas. Isso é que é uma pouca de uma vergonha!

Então, não me venha me dar moral aqui. Não me venha me dar moral, porque aqui, se nós formos medir a moral da imprensa com a dos Deputados... É que nós falamos e não somos escutados. E vocês podem me atirar no fogo, porque eu não tenho medo, não.

Então, jornalista Maria Lima, eu quero lhe dizer: não é uma pouca vergonha eu estar eleito aqui. Eu tenho 7 mandatos — 7 mandatos! Eu sou pai de 6 filhos. Minha mulher é Prefeita e foi Deputada Federal e Estadual; meu filho é Vereador e os nossos mais de 100 mil eleitores têm muito orgulho de terem votado em mim e na minha família. Então, não é uma pouca vergonha. E espero que responda e que bote esta parte também na entrevista; que não ponha só a parte boa. E estão todos de testemunha aqui.

Está gravado, Presidente? *(Pausa.)* Está gravado.

Sr. Presidente, o caso do Edmar é um caso que requer muita cautela. Primeiro, a acusação do Edmar foi em cima de um castelo e criou-se o homem do castelo. Chegamos a pensar — eu também e acredito que muita gente — que o castelo teria sido construído com o dinheiro da verba indenizatória. Chegou um momento em que a opinião pública de todo o País se convenceu que o castelo teria sido construído com a verba indenizatória.

Na defesa, nós sabemos que o castelo já tinha sido construído em 1989 ou 1998, uma coisa assim, e que nem político o Edmar era naquela época.

Passado isso, veio a questão da verba indenizatória. Então, eu elaborei, a seu pedido, Presidente, um plano para que nós pudéssemos aqui colocar a verdade pura nesta mesa, porque esse é o desejo do Conselho de Ética e não ir atrás de barulho. Enfim, nós temos que julgar com as nossas consciências.

Então, aqui:

“Requerimento

(Deputado Sérgio Moraes)



Requer oitivas de testemunhas referentes à Representação de nº 39/9 - Processo nº 09/09, em desfavor do Deputado Edmar Moreira.

Sr. Presidente,

No exercício das atribuições de Relator da Subcomissão criada para analisar o Processo nº 09/09 instaurado contra o Deputado Edmar Moreira, requeiro a V.Exa., nos termos do art. 14, inciso IV, do Código de Ética e Decoro Parlamentar c/c art. 11 do Regulamento, ouvido o Plenário do Conselho, as oitivas das testemunhas abaixo arroladas, imprescindíveis à elucidação dos fatos sob análise neste Colegiado.

1. Deputado Edmar Moreira...”

Gostaria de ouvi-lo e sugeri duas datas, se este Conselho, se os Pares aqui concordarem, que seria o dia 13 ou o dia 20.

Então, eu gostaria que o Presidente, que V.Exa. notificasse, se assim for de acordo com os demais Pares, para que ele venha aqui prestar depoimento entre o dia 13 ou dia 20.

Após isso, eu desejo, se assim os Deputados...

Segundo, Jairo Shirneley Almeida Lima - Chefe da Equipe de Segurança do Representado. Também quero ouvir os Deputados Inocêncio Oliveira, Osmar Serraglio e Rafael Guerra, e também pretendo ouvir o Sr. Roberlan Costa Lopes, Chefe do Núcleo de Fiscalização e Controle da Verba Indenizatória... Além disso, eu pretendo também ouvir algumas pessoas que teriam prestado serviços ao Deputado Edmar Moreira.

Então, eu gostaria que V.Exa. começasse a convocar essas pessoas, digo, convidar — porque nós ainda, infelizmente, não temos condições de convocar — para que nós possamos, o mais rápido possível, dar uma satisfação legítima para a população brasileira.

Então, assim eu entrego este plano de trabalho a V.Exa. e, se assim for concordado pelos demais Pares, eu gostaria que nós pudéssemos dar início já logo no dia 13.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Submeto à apreciação dos Srs. Deputados o requerimento do Deputado Sérgio Moraes convidando o Deputado Edmar Moreira, o Sr. Jairo de Almeida Lima, técnico, aliás, Chefe da Equipe de Segurança do Representado; os Deputados Inocêncio Oliveira, Osmar Serraglio e Rafael Guerra, Primeiros Secretários da Mesa Diretora nos biênios 2005/2007, 2007/2009 e 2009/2011, respectivamente, e do Sr. Sr. Roberlan Costa Lopes, Chefe do Núcleo de Fiscalização e Controle da Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Em discussão.

Alguém quer discutir o requerimento do Deputado Sérgio Moraes?

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, não ainda para discutir, mas eu queria solicitar à Mesa que fosse distribuída cópia do... Eu, lamentavelmente, por conta de outras Comissões, só cheguei agora e não tive oportunidade de me inteirar. Se tiver cópia do requerimento dele, que pudesse ser distribuída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Moreira Mendes, distribuirei a pedido de V.Exa. cópia do requerimento que acabo de receber. V.Exa. espere, que eu vou mandar tirar cópia.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Ou posso ler este aqui mesmo, rapidamente e, em seguida, me manifesto. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Moreira, pela celeridade. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, eu quero apenas fazer uma indagação ao ilustre Relator.

Quais os motivos que ensejam o ilustre Deputado a ouvir aqui os Deputados Inocêncio Oliveira, Osmar Serraglio e Rafael Guerra?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Eles assumiram durante um tempo a Secretaria correspondente ao pagamento das verbas indenizatórias. Eu quero saber quais as regras que permitiam o pagamento e não permitiam.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Se V.Exa. permite-me aqui uma consideração a fazer, eu acho que as regras independem da vinda dos ilustres Deputados aqui. Não vejo nenhum problema em que eles venham, mas acho que



seria desnecessário, posto que as regras sejam públicas, estão publicadas. É só nós anexarmos uma cópia no processado e nós já teríamos, se esse é o objetivo de V.Exa. Se houver outro, aí eu...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Antes das regras... Não conheço, não achei as regras. Eu quero saber quais as regras.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Mas isso tem de ter.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Não, mas não tem. Tem agora, que foi editado; antes não tinha. Eu não achei, pelo menos. Eu quero saber quais eram as regras. Pode ser que um deles tenha. Eu acho que é um direito que o Relator tem. Eles até podem me mandar por escrito.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Bom, eu respeito...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - A partir do episódio das passagens, foi editada uma norma.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Mas tem que ter uma norma anterior.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Antes disso, não tem.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Aí é que está: eu não achei. Então, eu...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Eu, com todo respeito, acho desnecessária a vinda dos 3. Nós poderíamos, numa primeira tentativa, oficial à Mesa, pedir a cópia, enfim, esgotar. Se não tiver, vamos trazer aqui os 3 Deputados. Mas acho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Moreira Mendes, só para um esclarecimento.

A verba indenizatória foi criada em 2001. Nessa época — parece-me, eu não estava aqui ainda —, foi editada uma regra.

Agora, se me permite o nobre Relator, as dúvidas que V.Exa. tem dos Secretários e do 1º Secretário poderão ser tiradas por escrito. Poderão, num primeiro momento, ser enviadas para este Conselho por escrito. Se ainda permanecer alguma dúvida, aí, sim, viriam até aqui os Secretários. Se o nobre Relator permitir a sugestão...



O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Concordo.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - No mais, Sr. Presidente, Sr. Relator, concordo com a sugestão... *(falha na gravação.)* Essa sugestão de V.Exa., acho, resolve o assunto.

No mais, sou favorável.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, coloco-o em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de entrar no item segundo, quero dar um esclarecimento.

Fui questionado por alguns jornalistas sobre a representação do Deputado Edmar Moreira. O ofício que me foi enviado pelo Presidente Michel Temer, por si só, responde às perguntas que me foram feitas hoje.

O ofício diz o seguinte:

“Tendo em vista o acatamento pela Mesa do parecer da Comissão de Sindicância e o conseqüente oferecimento por aquela Comissão Diretora de representação em desfavor do Sr. Deputado Edmar Moreira perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar...”

Então, duas coisas: a primeira representação não foi feita pelo PSOL. Foi feita por 3 Deputados do PSOL, não pelo partido, à Mesa, a qual designou uma Comissão que apurou os fatos e enviou em forma de representação — essa sindicância foi transformada numa representação. Então, a representação que veio para o Conselho de Ética foi feita pela Mesa, o resultado da sindicância feita pela Comissão.

Esclarecidos esses fatos às pessoas que me perguntaram. Tenham certeza de que o próprio ofício do Deputado Michel Temer já deixa claro o que aconteceu.

Item 2.

Em reuniões anteriores, solicitei aos nobres colegas a colaboração para aprimorar o anteprojeto de minha autoria, visando alterar o nosso Código de Ética.



A Secretaria enviou aos gabinetes cópias das propostas, solicitando que as sugestões fossem apresentadas até o dia 3 de abril, posteriormente prorrogado até 14 de abril.

Os projetos que os senhores receberam no início desta reunião, acompanhados da exposição de motivos, são o resultado de estudos anteriormente realizados, de sugestões também do Deputado Nelson Trad, responsável pela elaboração do primeiro projeto visando à reforma do Conselho, bem como sugestões dos Conselheiros e da Assessoria Técnica do Conselho e da Consultoria Legislativa, na pessoa da Dra. Luciana Peçanha.

Na oportunidade, agradeço a todos as valiosas contribuições.

Submeto à apreciação dos nobres Conselheiros o projeto de resolução que altera a Resolução nº 25, de 2001, e também o projeto de lei estendendo às atividades do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal e da Câmara dos Deputados disposições da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, sobre Comissões Parlamentares de Inquérito.

Os senhores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Se ninguém se pronunciou...

Concorda com a proposta que foi enviada, Deputado? V.Exa. recebeu o resultado daquela proposta que foi enviada anteriormente aos Srs. Deputados. Inclusive, V.Exa. apresentou sugestão.

Tendo em vista o trabalho realizado com todas as sugestões, com o trabalho do Deputado Nelson Trad, transformamos isso em um projeto de lei, que estou trazendo à apreciação de V.Exa.

Eu, na qualidade de Deputado, poderia apresentar esse projeto, mas achei que era muita responsabilidade. Achei que esse projeto seria nosso, do Conselho de Ética. Por isso pedi sugestões e as incorporei nesse projeto.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, apenas um esclarecimento.

Nessa proposta do projeto, que é o que V.Exa. submete à apreciação, estão contempladas as sugestões. No projeto apresentado por V.Exa. estão contempladas as sugestões apresentadas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pelos Deputados.



O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - ...pelos Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Inclusive, discutimos algumas sugestões com V.Exa.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Perfeito.

Neste caso, não estou falando em causa própria, porque o nosso já foi discutido. V.Exa. até me convenceu que o seu estava melhor do que o meu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Da mesma forma que fiz com V.Exa., fiz com todos os Deputados que apresentaram...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Nelson Trad, que deu uma colaboração muito importante aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Conversei com o Deputado Nelson Trad, conversei com o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, o qual, num discurso aqui, em minha posse, corroborou com o que está escrito aí; que achava que o Corregedor não deveria participar do Conselho de Ética, porque ele já havia...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Prejulgado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - ...já havia prejulgado. Então, não queria participar disso.

Fizemos algumas mudanças importantes quanto à contagem de prazo, porque ficamos amarrados, engessados, porquanto a contagem do tempo aqui é por sessões. Então, o que acontece? Já aconteceu de aqui não haver sessões ordinárias por dois meses.

Precisamos dar celeridade às medidas provisórias, aos projetos que estão para serem votados. Então, se marca sessão ordinária para a parte da manhã e, se ela passa das 14h30min, é transformada em sessão extraordinária. Ficamos muito tempo sem uma sessão ordinária. Esse tempo é contra os processos que estão no Conselho.

Então, eu troquei: ao invés de sessões, dias úteis. Isso dará mais celeridade aos trabalhos deste Conselho.

Mais uma coisa, Deputado.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Pois não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Também acho que, e V.Exa. já tomou conhecimento, conversamos sobre isso antes, apenas 15 membros no Conselho não representam a Casa de 513 Parlamentares. Então, sugiro — está no projeto — o aumento para 25 membros, a despeito das outras Comissões desta Casa.

Conselho de Ética não é um órgão da Câmara dos Deputados. Foi criado e ficou solto, diferentemente da Corregedoria, da Procuradoria. Então, sugiro — está no projeto — que ele passe a ser um órgão, como o são a Procuradoria e a Corregedoria, e tenha a mesma estrutura.

Que tenhamos ainda o mesmo que as Comissões Parlamentares de Inquérito: o poder de convocar ao invés de convidar. Há pouco o próprio Relator fez uma queixa: pediu para convidar as pessoas quando, na verdade, ele gostaria de convocá-las. Mas o Conselho não permite isso.

Então, essas mudanças visam aprimorar e fazer com que este Conselho cumpra com mais rigor, com mais celeridade o objetivo para o qual a Casa o criou e o que a sociedade pede, que são as atribuições que chegam a este Conselho.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Estou satisfeito. Vamos aprovar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Srs. Conselheiros, é praxe nesta Casa...

Item 3.

Como é do conhecimento dos senhores, em dezembro de 2007, foi assinado o Protocolo de Intenções para Mobilização pela Ética, pelo ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia; pelo saudoso Deputado Ricardo Izar e pelo Deputado Paulo Piau, como autor do requerimento, e também pelas entidades: Associação dos Magistrados Brasileiros; União Nacional dos Legislativos Estaduais — UNALE; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Lions Internacional, Grande Loja Maçônica do Distrito Federal e Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil.



Após reuniões realizadas entre o Deputado Paulo Piau e a Diretoria do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, foram dados os primeiros passos necessários para a concretização do Protocolo de Intenções.

Antes de passar a palavra ao Deputado Paulo Piau para apresentar aos nobres colegas a programação das atividades para implementação do protocolo nos próximos meses, designo S.Exa. Coordenador do projeto denominado "O Peixe e a Arte de Pescar", para realizar e representar este Conselho em todos os atos.

Antes ainda, faço o seguinte comunicado aos Srs. membros deste Conselho. É praxe nesta Casa, em todas as Comissões, ter uma galeria de fotos dos ex-Presidentes, que fica para a posteridade, que passaram por estas Comissões. O Conselho de Ética não tem uma sala determinada. As sessões são feitas sempre aqui, no Plenário 13, no período da tarde. No entanto, quando este plenário está ocupado pela Comissão, ele ocupa outro plenário. Ou seja, este Conselho de Ética não tem um plenário fixo, determinado; um plenário do Conselho de Ética.

Então, uma das primeiras providências que fizemos, já que tínhamos retratos de alguns ex-Presidentes, foi organizar a galeria dos ex-Presidentes. Hoje, após encerrar esta reunião, a Presidência convida todos os Srs. Deputados para, juntos, inaugurarmos a galeria e o retrato do ex-Presidente Sérgio Moraes, Relator do processo a ser relatado.

Após isso, também convido os Srs. Deputados para que possamos, juntos, levar ao Presidente Michel Temer o projeto que acabamos de aprovar, neste instante.

Essa discussão começou com o Presidente Michel Temer, antes de S.Exa. tomar posse. Nós discutimos esse projeto, que era uma das coisas que nós achávamos necessárias para o Conselho de Ética; o Presidente Michel Temer realmente achou que era importante, tanto que já conversamos com S.Exa. depois de ter assumido a Presidência, e hoje concretizamos essa vontade tanto do Presidente quanto minha.

Então, vamos entregar o projeto. Esperamos que esse projeto seja votado o mais rápido possível.

Portanto, com a palavra o Deputado Paulo Piau.



O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Deputado, quero pedir licença, porque vou defender um projeto, como Vice-Líder, na Comissão de Segurança, mas volto em seguida para acompanhar os demais procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, Deputado. Fico muito grato. Sua presença é indispensável na entrega do projeto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente; Srs. Deputados; Srs. jornalistas; senhoras e senhores presentes, primeiro, agradeço pela confiança para coordenar este projeto da Câmara Federal, do CEFOR, do Conselho de Ética, que versa sobre ética na sociedade brasileira.

A origem deste trabalho. Começamos esse trabalho enquanto Deputado Estadual, em Minas Gerais, através da Escola do Legislativo da Assembleia de Minas, que correspondente ao CEFOR aqui na Câmara Federal, na compreensão de que o movimento pela ética é um movimento que está vindo.

Como os direitos humanos, na década de 40, na época da guerra, dos campos de concentração — e até há pouco tempo, sabemos, a própria polícia enfiava agulha debaixo das unhas, colocavam a pessoa no pau-de-arara, queimavam-na com cigarro para que confessasse. Desde a guerra, o movimento pelos direitos humanos surgiu. O movimento pelo meio ambiente surgiu na década de 70 — houve a Primeira Conferência Mundial pelo Meio Ambiente em Estocolmo e também a Rio 92 — e transformou-se, assim como os direitos humanos, em um movimento mundial. Há uma percepção clara de que esse movimento pela ética, globalização, abertura das culturas, a comunicação fácil, deixou os povos, de certa forma, perdidos dentro dos seus princípios. Isso não é privilégio do Brasil.

Percebemos, essa movimentação, esse movimento mundial pela ética, que não está muito bem caracterizado, mas se firma a cada dia. Tanto é que várias iniciativas no Brasil foram tomadas.

Vamos citar um exemplo da iniciativa privada, o da FIESP, que é a maior federação econômica do Brasil, que tem hoje instalado um núcleo pela ética e combate à corrupção. Não sabemos avaliar o seu grau de funcionamento, mas ele existe e isso é positivo. Da mesma forma, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais também tem um núcleo de combate à corrupção e pela ética.



Se observarmos o Governo do Estado de Minas Gerais, vamos verificar que criou um Conselho de Ética dos órgãos da administração pública exatamente para buscar a transparência. Evidentemente, não podemos avaliar seu grau de eficiência, mas só o ato dessa iniciativa já deve ser comemorado.

Podemos buscar vários exemplos nos clubes de serviço; os profissionais de Medicina possuem o seu conselho de ética; os advogados também têm o seu conselho de ética; as associações de jornalistas possuem conselhos de ética. Esses conselhos podem não estar funcionando bem, mas existem, como é o caso da Câmara.

Hoje há o Portal Transparência que busca evidentemente dar mais transparência aos atos desta Casa, e há a própria iniciativa do Conselho de Ética aqui. Pode não estar funcionando bem ainda, mas é uma iniciativa que devemos louvar.

Portanto, Sr. Presidente, sabemos muito bem que a escola brasileira também não ensina, não discute Ética. Desde o ensino fundamental até o superior, a Ética é uma disciplina que passa ao largo; passa de uma maneira relâmpago pelos diversos cursos. Estudei Engenharia, e há o CREA, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Posso dizer isso porque, nos meus cursos de graduação e pós-graduação, e Ética foi uma disciplina extremamente mal discutida na nossa universidade, e acredito que esse seja o caso de todos os cursos também.

Sr. Presidente, acredito que poucos saibam com clareza o que a palavra “ética” significa. Muita gente confunde ética com moral, e são duas coisas diferentes. Ética é princípio; moral é comportamento. O que é considerado moral nos países do Oriente Médio não é considerado como tal aqui. Ética é um princípio para todos, desde a época de Platão, um grande filósofo; Aristóteles etc.

O procedimento que adotamos a partir de 2007, juntamente com o Presidente do Conselho na ocasião, Deputado Ricardo Izar, que abraçou a causa desse projeto, foi buscar as entidades da sociedade que têm condições de discutir Ética. Esse protocolo de intenções, ao qual V.Exa. fez referência, está assinado desde o final de 2007. Esse projeto vem sendo construído principalmente pelo CEFOR — repito: a coordenação desse projeto está a cargo do CEFOR, que é um órgão técnico; é claro que esta é uma casa política, mas a coordenação técnica é absolutamente



fundamental para dar o respaldo, e o CEFOR terá a responsabilidade de estudar e pesquisar Ética na sociedade brasileira e nas outras sociedades — e 9 entidades, dentre elas o Lions Clube, o Rotary, a Maçonaria, a Igreja Católica, a Igreja Evangélica, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação do Ministério Público, a OAB e também a UNALE, que congrega todos os Legislativos estaduais, todos engajados nesse processo.

Como é que isso vai se desenrolar? Ninguém ensina Ética a ninguém. Aliás, no dia da assinatura do protocolo, o Presidente Arlindo Chinaglia recusou-se, em um primeiro momento, a assinar o protocolo, porque S.Exa. achou que esta Casa estava querendo ensinar Ética para a sociedade brasileira. Qual é a instituição que pode ensinar Ética para alguém? Muito menos qualquer Casa legislativa ou o Poder Público. Isso foi esclarecido. Na verdade, a intenção é trazer a discussão sobre Ética para a sociedade brasileira.

O que se quer com isso? A Rede Globo, há duas semanas, mostrou, Sr. Presidente, que 40% das ligações que chegam à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros são trotes. Isso significa que o Corpo de Bombeiros, que tem de salvar vidas, mobiliza uma viatura da sua guarnição para verificar algum incidente e lá não encontra nada porque a ligação era um trote. Essas entidades serão canais de discussão com a sociedade brasileira. Isso não tem nada a ver com a escola, que é outro processo.

Vamos promover essa discussão para que possamos melhorar o entendimento dessa palavrinha chamada “ética” em toda sociedade brasileira. O espírito do projeto é esse.

Já fizemos um seminário nesta Casa em 2007. Há 5 oficinas de trabalho realizadas. Hoje está em curso a última oficina de trabalho pelo CEFOR envolvendo a Associação dos Magistrados, a Maçonaria e a OAB. Estive hoje pela manhã no CEFOR para concluir essa fase preliminar. No dia 1.º de julho, Sr. Presidente, teremos aqui um seminário nacional.

No final, o que queremos? Congregar todos os esforços que existem pela ética no Brasil. Nada mais legítimo que esta Casa, a Câmara Federal, que é a casa do povo brasileiro, e mesmo com todas as suas mazelas — com todas as suas mazelas, repito — tem legitimidade, inicie esse trabalho.



O Brasil é nosso. Se temos mazelas, Sr. Presidente, quem tem de corrigi-las somos nós, brasileiros. Estamos em uma democracia, e esta Casa tem legitimidade para conduzir um processo dessa natureza e buscar a discussão.

Com isso, tenho certeza que vamos atingir o grande objetivo do povo brasileiro: um Congresso produtivo, competente, ético, com pessoas sérias e honestas. Não podemos dizer que isto aqui é uma verdade absoluta, mas é uma representação do povo brasileiro e, portanto, achamos que, com este trabalho, o Conselho de Ética, a Câmara Federal, o CEFOR e essas entidades parceiras estarão dando um passo importante para que a Ética seja discutida, para que possamos compreendê-la um pouquinho mais e o Brasil tome um rumo melhor do que o que está aí.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Agradeço ao Deputado Paulo Piau e endosso suas palavras. Apenas com uma observação: as mazelas que por aqui são praticadas, felizmente, apenas por uma minoria.

Agradeço a V.Exa. ainda a representação no Mato Grosso. Já tive ciência, notícia de que V. Exa. saiu-se muito bem, foi bastante aplaudido. Aplaudimos o sucesso de V. Exa.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço aos Srs. Parlamentares e demais presentes.

A próxima reunião será posteriormente marcada, porque oferecemos duas datas para que o Deputado Edmar Moreira escolhesse, dia 13 ou dia 20, para vir aqui apresentar sua defesa oral. A depender da confirmação do Deputado Edmar Moreira, marcaremos a reunião.

Convido os Srs. Deputados, Sras. e Srs. jornalistas a comparecer à sala do Conselho de Ética e, depois, ao gabinete do Presidente, Deputado Michel Temer.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.